



GOIÁS/TOCANTINS

Prev

RELATÓRIO ANUAL

2020

15
anos

NOSSO PRESENTE
É CUIDAR DO SEU FUTURO.

RELATÓRIO ANUAL

2020

A OABPrevGO/TO apresenta o Relatório Anual de Informações 2020, em cumprimento à Resolução CNPC nº 32 de 04 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União em 22 de janeiro de 2020.

Neste relatório, os participantes encontrarão os principais resultados obtidos no decorrer do exercício e informações complementares.



NOSSO PRESENTE
É CUIDAR DO SEU FUTURO.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO 1 • GESTÃO PREVIDENCIAL	6
CAPÍTULO 2 • GESTÃO DE INVESTIMENTOS	16
CAPÍTULO 3 • RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
CAPÍTULO 4 • DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	28
CAPÍTULO 5 • PARECERES	47
CAPÍTULO 6 • CORPO ADMINISTRATIVO E PARCEIROS	56
CAPÍTULO 7 • DIRIGENTES DA ENTIDADE.....	58
MISSÃO, VISÃO E VALORES	66
INSTITUIDORES.....	66
PARCERIA ESTRATÉGICA	66



RELATÓRIO ANUAL

2020

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

CARO PARTICIPANTE,

Sabemos que o ano de 2020 foi marcado por muitas dificuldades inimagináveis, mormente na luta contra a COVID-19 que culminou numa pandemia generalizada pelo mundo, a qual transcendeu 2020 e continua ativamente atingindo níveis ainda mais altos de infecção e mortes.

Diante das crises que a pandemia trouxe, inclusive, financeira, levaremos conosco às lições de aprimoramento de novas habilidades para enfrentar as mudanças que afetaram a vida dos brasileiros, assim como de nossa Entidade.

Diante deste cenário, reafirmamos nosso compromisso de sermos previdentes para proteger e amparar nossos participantes, que por sua vez, o faz também em relação aos seus entes queridos, eis que o amanhã é sempre incerto.

Ao longo de 2020, mesmo diante da crise ocasionada pela pandemia mundial e com as oscilações do mercado financeiro, a OABPrevGO/TO seguiu firme trabalhando com ética, responsabilidade e transparência em busca de segurança e melhor rentabilidade, o que propiciou resultados positivos aos seus associados.

Assim, mesmo em tempos de turbulências financeira, a OABPrevGO/TO elevou seu patrimônio em mais de 5%, evoluindo de R\$ 123.493.860,08 em 2019, para R\$ 130.276.413,78, no encerramento do exercício de 2020, mesmo tendo entregue como resultados para a carteira dos ativos uma rentabilidade líquida de 2,69%, abaixo do Índice de Referência, composto pelo INPC + 4,09% a.a. que acumulou no ano 9,74%.

A OABPrevGO/TO está certa de que tem feito o melhor aos seus participantes, buscando e cumprindo com objetivos da Entidade, sobretudo, de estar ao lado dos participantes na realização de seus sonhos; dar proteção na fase pós laborativa e, ainda, amparando seus familiares. Prova é que, a Entidade registrou um crescimento em seu quadro de assistidos superior a 26%, em comparação como ano de 2019.

E, é com esse compromisso que OABPrevGO/TO seguirá, trabalhando e buscando superar as dificuldades que a crise da pandemia proporciona a todos os segmentos da economia, mas, sobretudo, planejando o futuro do participante para que, no momento que o mesmo precisar, em caso de aposentadoria ou em uma fatalidade, terá o seu benefício garantido.

Nas próximas páginas seguirão os números alcançados pela OABPrevGO/TO, no exercício 2020, assim como outras informações institucionais da Entidade.

Confira e conheça ao final deste material, quem são os dirigentes de sua Entidade que trabalham com responsabilidade para proteger o seu futuro e garantir o bem-estar de sua família!

Agradecemos também os Instituidores, OABGO, OABTO, Casag e Caato; as equipes administrativa e comercial e, parceiros terceirizados da OABPrevGO/TO.

Boa leitura!



RELATÓRIO ANUAL

2020

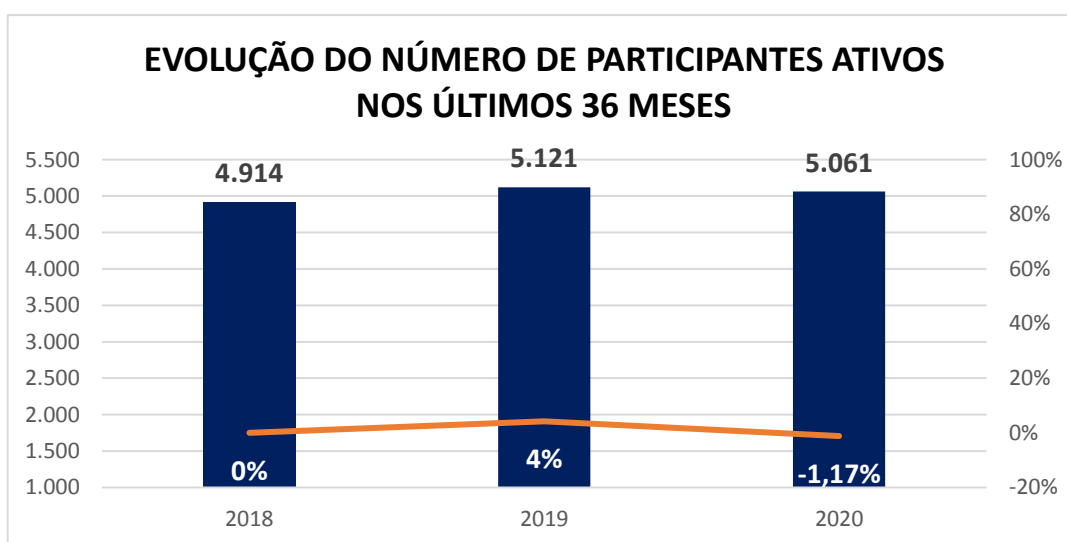
CAPÍTULO 1

GESTÃO
PREVIDENCIAL

CAPÍTULO 1 • GESTÃO PREVIDENCIAL

1.1 APURAÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES EM 2020

RELATÓRIO PREVIDENCIAL	
DESCRIÇÃO	dez/20
Adesões (Novas Inscrições ao Plano Previdenciário)	199
Reativações (Inscrições ao Plano Previdenciário)	254
Resgates (Poupança Previdenciária)	265
Concessão de Benefícios (Aposentadoria)	06
Concessão de Benefícios (Pensionista)	11
Portabilidade de Entrada	04
Portabilidade de Saída	05
Participantes Ativos em 2020	5.061



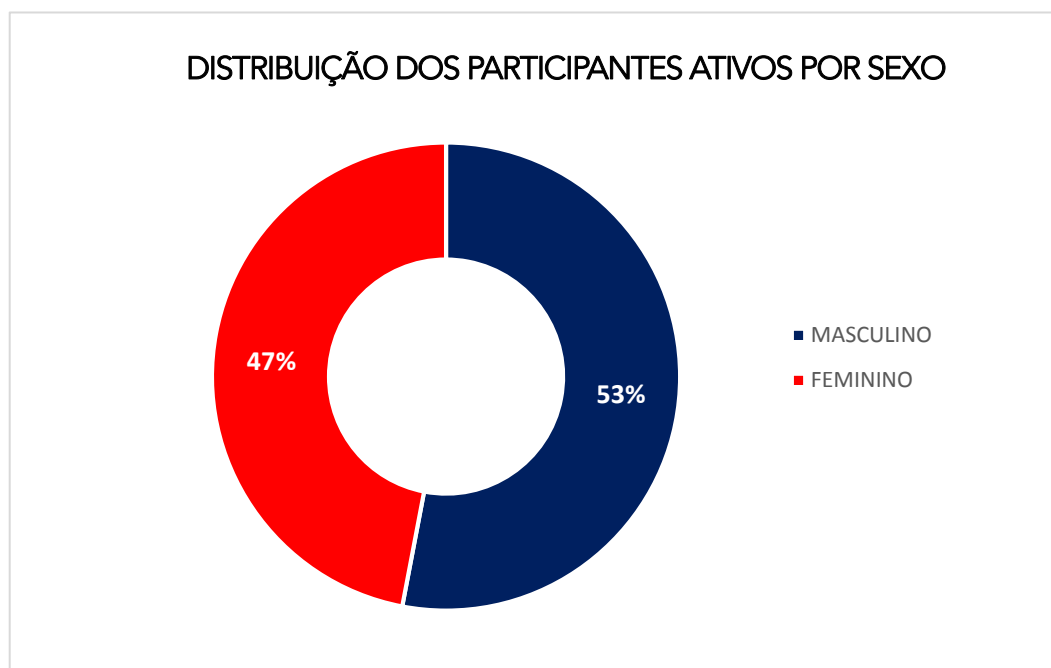
1.2 INFORMAÇÕES GERAIS

Item	2018	2019	2020
Nº de Participantes	4.914	5.121	5.061
Idade Média (anos)	33,65	33,20	33,68
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	5,66	5,81	6,53
Contribuição Média	R\$201,18	R\$215,31	R\$217,06
Saldo Individual Médio	R\$19.322,02	R\$21.221,97	R\$22.181,96

O conjunto dos participantes ativos do plano é composto por 52,83% de integrantes do sexo masculino e 47,17% do sexo feminino. Segundo o IBGE, a expectativa de vida ao nascer das

mulheres brasileiras é de 79,8 anos e dos homens de 72,8 anos. Já com base na Tábua BR-EMSsb-2015-f (SUSEP), aplicada a Entidade, a expectativa de vida estimada ao nascer é de aproximadamente 87,79

anos e aos 33,00 anos (idade média dos participantes ativos) é de 55,20 anos.



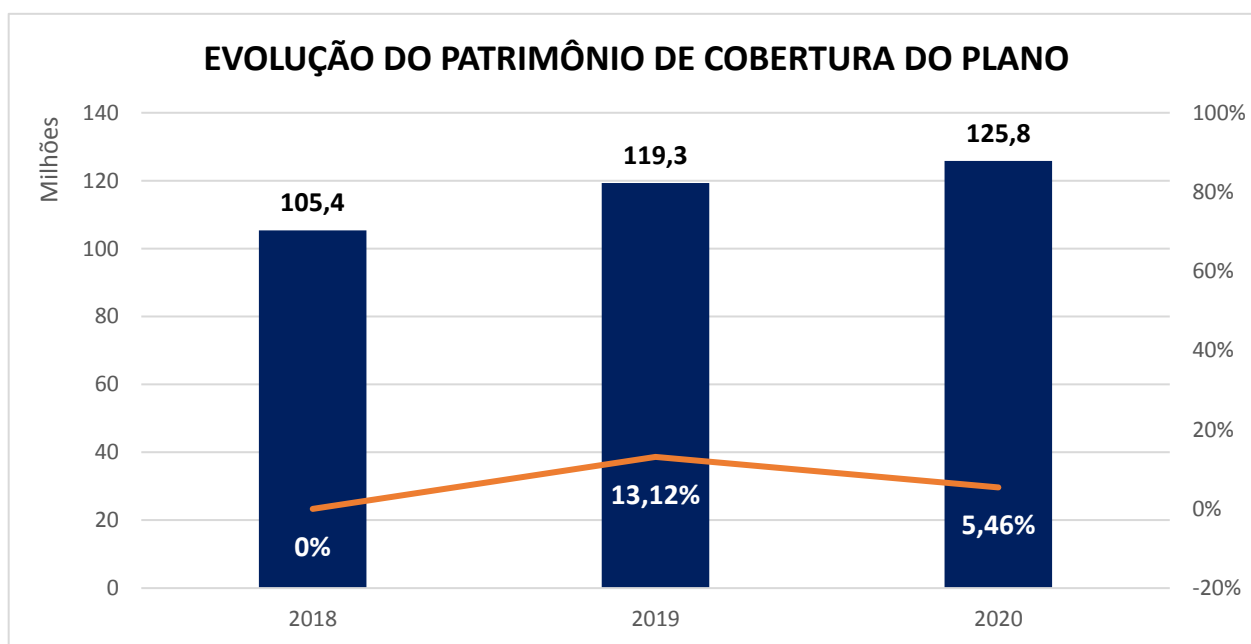
1.3 PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue apresentação abaixo da estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios Adv-Prev em 31/12/2018 e 31/12/2019, para fins de comparação, e em 31/12/2020,

observando uma evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano (PCP) desde o ano de 2018 até o ano de 2020, um crescimento de 5,46% do PCP.

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Patrimônio Social	R\$108.647.958,09	R\$122.881.515,81	R\$129.666.664,29
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$105.437.847,80	R\$119.273.042,52	R\$125.786.585,04
Provisões Matemáticas	R\$105.437.847,80	R\$119.273.042,52	R\$125.786.585,04
Benefícios Concedidos	R\$10.107.735,74	R\$10.533.732,60	R\$13.434.945,13
Contribuição Definida	R\$10.107.735,74	R\$10.533.732,60	R\$13.434.945,13
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$10.107.735,74	R\$10.533.732,60	R\$13.434.945,13

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Benefícios a Conceder	R\$95.330.112,06	R\$108.739.309,92	R\$112.351.639,91
Contribuição Definida	R\$95.330.112,06	R\$108.739.309,92	R\$112.351.639,91
Saldo - Participantes	R\$95.330.112,06	R\$108.739.309,92	R\$112.351.639,91
Equilíbrio Técnico	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Fundos	R\$3.210.110,29	R\$3.608.473,29	R\$3.880.079,25
Fundos Administrativos	R\$3.210.110,29	R\$3.608.473,29	R\$3.880.079,25



1.3.1 PARTICIPANTES ASSISTIDOS (APOSENTADORIA PROGRAMADA)

Por meio da análise da tabela abaixo, percebe-se em 2020 um aumento no número de participantes assistidos em percepção de renda continuada. Do total

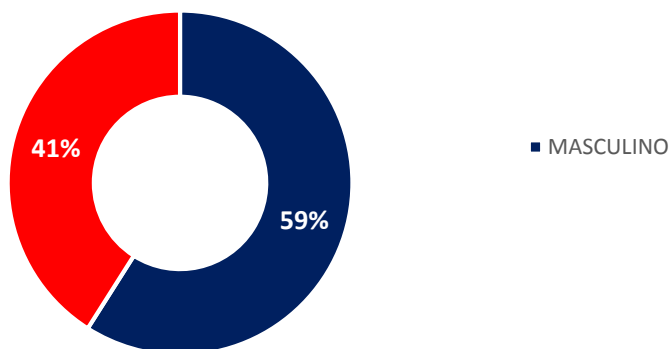
de aposentados do Plano Adv-PREV, 29 percebem benefício de aposentadoria programada e 10 percebem benefício por invalidez.

Item	2018	2019	2020
Nº de Assistidos	29	33	39
Idade Média (anos)	61,17	61,30	61,31
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	11,56	12,38	13,12
Benefício Médio	R\$2.046,80	R\$2.229,15	R\$1.844,16
Saldo Individual Médio	R\$224.021,13	R\$216.535,41	R\$217.365,19

Percebe-se, pela tabela acima, que a idade média dos assistidos é de aproximadamente 61,31 anos. Através da tábua BR-EMSsb-2015-f, verifica-se que a

expectativa de vida aos 61,31 anos é de aproximadamente 29 anos, ou seja, espera-se que uma pessoa com essa idade sobreviva até os 90 anos, em média, aproximadamente.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR SEXO



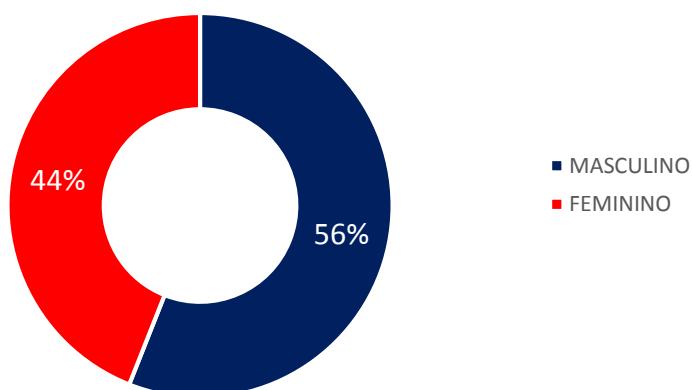
1.3.2 BENEFICIÁRIOS ASSISTIDOS (PENSIONISTAS)

O número de benefícios de pensão por morte em 2020 aumentou em 48% com relação ao ano de 2019. Observa-se ainda um aumento no valor dos benefícios

médios dos pensionistas, passando de R\$ 1.767,86 para R\$ 1.911,51 e um aumento do saldo médio, passando de R\$ 103.559,12 para R\$ 145.814,79.

Item	2018	2019	2020
Nº de Pensionistas	24	23	34
Idade Média (anos)	37,92	38,04	35,35
Benefício Médio	R\$1.743,76	R\$1.767,86	R\$1.911,51
Saldo Individual Médio	R\$109.332,39	R\$103.559,12	R\$145.814,79

DISTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS POR SEXO

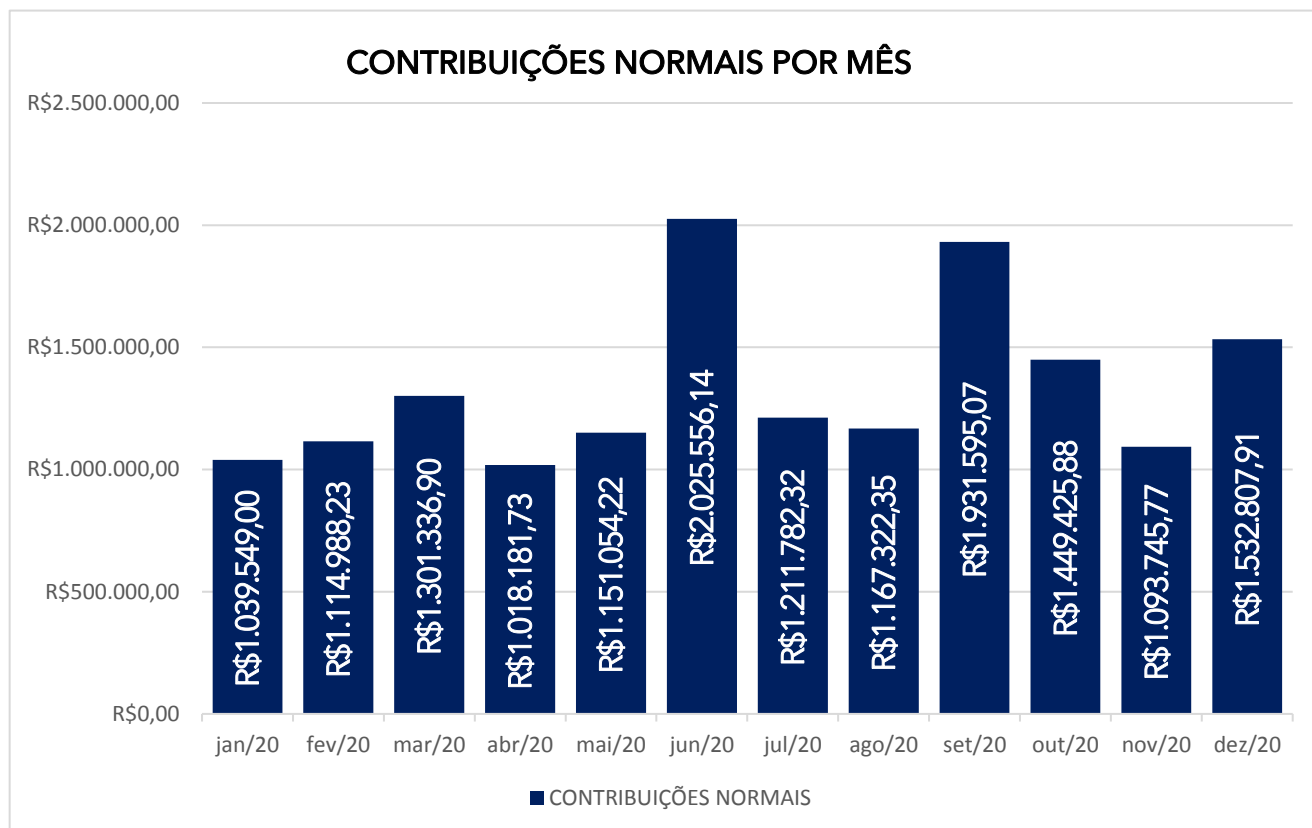


1.4 ESTATÍSTICAS GERENCIAIS 2020

1.4.1 CONTRIBUIÇÕES NORMAIS

Dentre as Contribuições Normais de 2020, o Plano Adv-PREV registrou uma média de R\$ 1.336.445,46 de janeiro a dezembro, envolvendo arrecadação de aposentadoria, cobertura de risco,

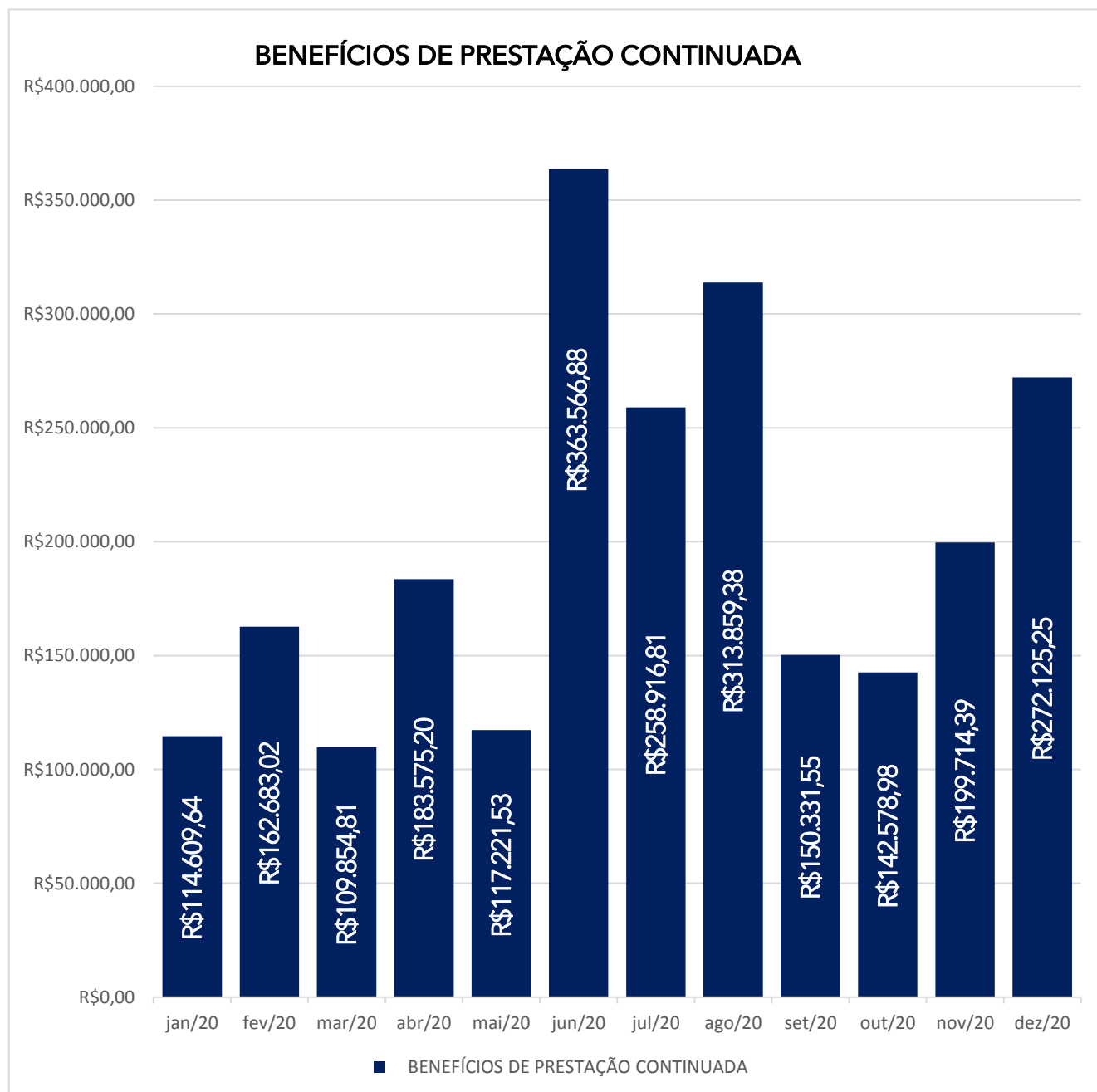
eventuais aportes e parcela adicional de risco. O gráfico a seguir demonstra o valor do total de contribuições mensais recebidas.



1.4.2 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O Plano Adv-PREV concedeu em benefícios, como Aposentadoria Programada, Invalidez e Pensões um valor médio de R\$ 199.086,45 de janeiro a

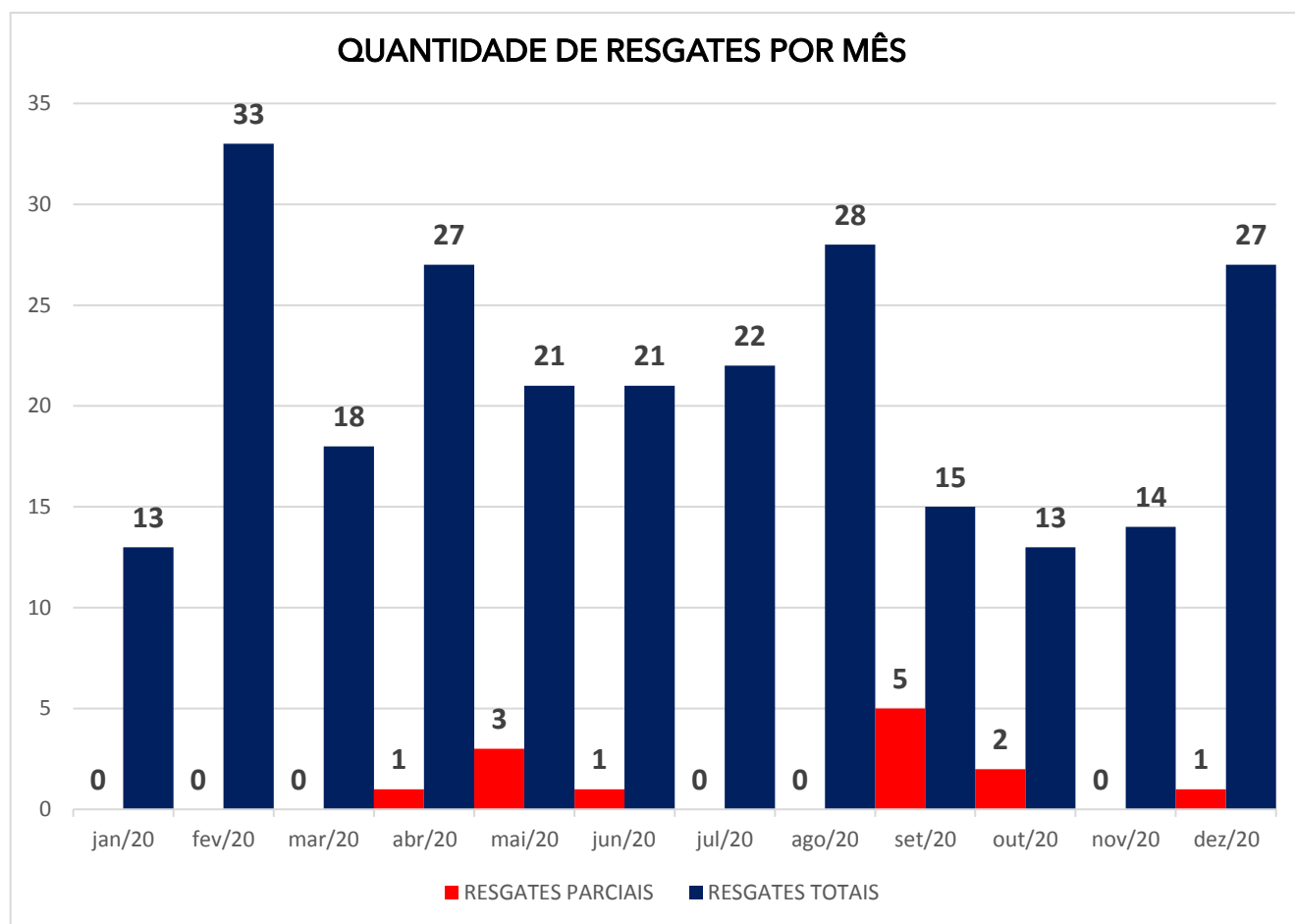
dezembro de 2020. O gráfico a seguir demonstra o valor do total de benefícios pagos mensais.

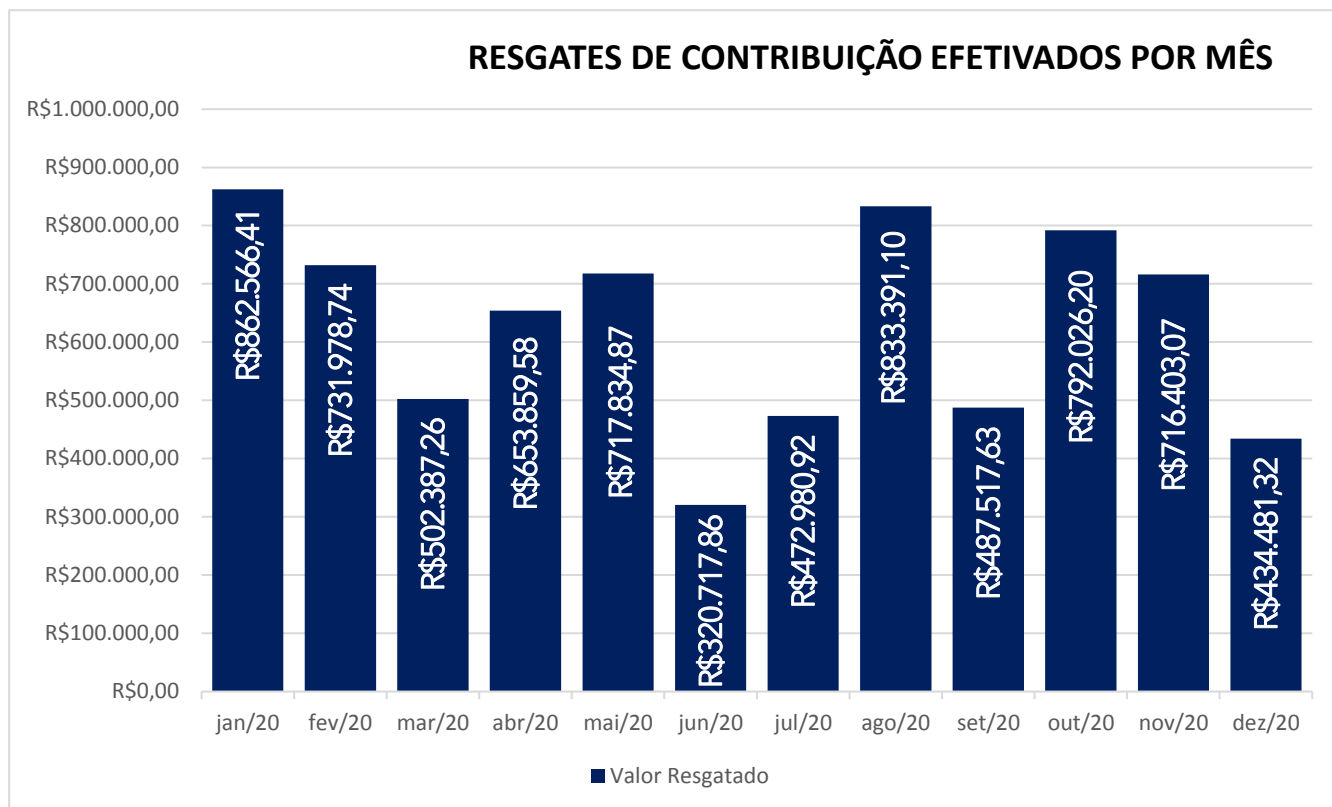


1.4.2 RESGATES

Analisando-se os resgates efetivados ao longo do ano de 2020, foram verificados 265 resgates pagos, sendo 22 em média, por mês. Dos resgates registrados, 13 foram resgates parciais, sem o desligamento do participante do plano de benefícios e 252 resgates totais.

O Gráfico a seguir demonstra a quantidade de resgates por mês, por tipo de resgate, e ainda os valores pagos por mês. Verificou-se um valor médio mensal de resgates de R\$ 627.178,75, perfazendo um total de R\$ 7.526.144,96 no período avaliado.





1.4.2 PORTABILIDADES

Quanto às Portabilidades, foram avaliados os ingressos de recursos, bem como aqueles transferidos para outras Entidades Previdenciárias ao longo do ano de 2020. No período, foram registradas 04

portabilidades de Entrada e 5 de Saída. Em valores, foi registrado um montante de R\$ 723.198,55 com portabilidades que ingressaram e R\$ 185.437,64 e que saíram do plano.



RELATÓRIO ANUAL

2020

CAPÍTULO 2

GESTÃO
DE INVESTIMENTOS

CAPÍTULO 2 • GESTÃO DE INVESTIMENTOS

2.1 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020

A Política de Investimento 2020-2024 do Plano CD administrado pela OABPrevGO/TO, tem como objetivos:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos Instituidores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a entidade adotou o horizonte de sessenta meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e nas Instruções Normativas da Previc nº 06, de

14 de novembro de 2018 e nº 12, de 21 de janeiro de 2019.

Ainda conforme Resolução 4.661, vale destacar que a OABPrevGO/TO é uma entidade constituída por instituidores, e por força do art. 31 da LC nº 109/01 e art. 6º da Resolução CMN nº 4.661/18, a gestão de seus planos deve ser feita obrigatoriamente de forma terceirizada, por meio de carteiras administradas ou de fundos de investimento. Desta forma, a Entidade não pode fazer investimentos diretamente em ativos, mas tão somente em cotas de fundos de investimentos, exclusivos ou condominiais, fechados ou abertos.

Na elaboração da Política de Investimentos 2020-2024 foram empregadas técnicas de análises de cenários e de riscos, avaliações e projeções de indicadores econômicos, considerando a modalidade do Plano CD, suas especificidades, necessidades de liquidez e os fluxos esperados de pagamentos dos ativos. As conclusões obtidas com estes estudos oferecem subsídios para a definição das diretrizes de alocação expressas nesta política.

2.2 ALOCAÇÃO DE RECURSOS - ESTRATÉGIA E METODOLOGIA

Fundamentação:

IN nº 06, Capítulo IV, Art. 23, Inciso I;

Resolução CMN nº 4.661, Capítulo V, Seção II.

A Resolução CMN 4.661/2018 estabelece que os planos devem definir em sua política a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação. Segundo o Guia PREVIC - Melhores Práticas em

Investimentos, os limites máximos e mínimos planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser efetivamente representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente.

A modalidade do plano de benefícios, seu grau de maturação, suas especificidades e

as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos: as metas de resultado do plano de benefícios e dos segmentos de aplicação; a alocação dos recursos nos diversos segmentos; os limites máximos de aplicação em cada segmento e ativo; indexadores e prazos de vencimentos dos investimentos; a escolha por ativos que

possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	52,00%	5,00%	100,00%
Renda Variável	70%	13,00%	0,00%	30,00%
Estruturado	20%	17,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	2,00%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	9,00%	0,00%	10,00%

2.3 BENCHMARK'S POR SEGMENTO E METAS DE RENTABILIDADE

Fundamentação:

IN nº 06, Capítulo IV, Art. 23, Inciso II.

A Instrução Normativa exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade por plano e para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a

rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,09% a.a.	INPC + 4,09% a.a.
Renda Fixa	CDI	CDI
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 8,00% a.a.
Estruturado	CDI + 2,00% a.a.	CDI + 2,00% a.a.
Imobiliário	INPC	INPC + 4,09% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 4,09% a.a.	INPC + 4,09% a.a.
Exterior	INPC + 6,00% a.a.	INPC + 6,00% a.a.

[Clique aqui](#) e leia Política de Investimentos de 2020 na íntegra.

2.4 DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO DE 2020

FUNDOS DE INVESTIMENTO	ALOCÇÃO (R\$)		DATA BASE: 31/12/2020
	DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADA	DISTRIBUIÇÃO POR PLANO	VALOR
PLANO Adv-PREV	98,62%	100,00%	126.070.106,52
RENDA FIXA - MULTIMERCADO	71,41%	72,41%	91.289.693,54
VINCI OABPREVGO/TO FI MULTIMERCADO	37,58%	38,11%	48.040.290,61
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULTIMERCADO	33,83%	47,38%	43.249.402,93
RENDA FIXA	11,97%	12,14%	15.305.537,17
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	11,58%	11,74%	14.798.321,29
TREK FI RF CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO	0,29%	0,29%	367.741,31
DELTA FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	0,11%	0,11%	139.474,56
RENDA VARIÁVEL	14,92%	15,13%	19.075.192,45
MOAT CAPITAL FIC FIA	4,47%	4,54%	5.719.782,26
BRASIL CAPITAL 30 FIC FIA	4,24%	4,30%	5.424.336,45
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	4,09%	4,15%	5.226.337,08
SANTANDER FI IBOVESPA ATIVO INSTIT ACOES	2,12%	2,15%	2.704.736,65
IMOBILIÁRIO	0,31%	0,32%	399.683,37
SÃO FRANCISCO 34 FII	0,31%	0,32%	399.683,37
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	1,38%	100,00%	1.763.702,26
RENDA FIXA	1,10%	79,81%	1.407.526,82
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	1,10%	79,81%	1.407.526,82
RENDA VARIÁVEL	0,28%	20,19%	356.175,44
MOAT CAPITAL FIC FIA	0,28%	20,19%	356.175,44
TOTAL APLICADO	100,00%	-	127.833.808,78

FUNDOS DE INVESTIMENTO	DATA BASE: 31/12/2020						
	RENTABILIDADE						
	1 MÊS	3 MESES	6 MESES	ANO	12 MESES	24 MESES	36 MESES
PLANO Adv-PREV	1,75%	4,26%	5,07%	2,94%	2,94%	13,13%	20,75%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA - INPC + 4,09% a.a.	1,82%	4,38%	7,23%	9,74%	9,74%	19,37%	28,48%
VARIAÇÃO DA COTA PREVIDENCIÁRIA	1,73%	4,20%	4,96%	2,69%	2,69%	12,51%	19,62%
RENTA FIXA - MULTIMERCADO							
VINCI OABPREVGO/TOFI MULTIMERCADO	0,93%	1,94%	3,01%	5,22%	5,22%	14,69%	21,88%
MONGERAL AEGONOABPREV GOFI MULTIMERCADO	1,09%	2,40%	3,55%	3,61%	3,61%	10,77%	19,44%
BENCHMARK - CDI + 2% a.a.	0,34%	0,97%	2,01%	4,81%	4,81%	13,30%	22,97%
RENTA FIXA							
ITAÚ SOBERANOFI REFERENCIADO DI LP	0,23%	0,45%	0,80%	2,48%	2,48%	8,43%	15,22%
TREK FI RF CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO	-0,13%	-0,34%	-0,74%	3,73%	3,73%	-12,29%	-56,68%
DELTA FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	-10,77%	-13,17%	-13,86%	-84,28%	-84,28%	-89,14%	-92,72%
BENCHMARK - CDI	0,16%	0,47%	0,99%	2,77%	2,77%	8,90%	15,90%
RENTA VARIÁVEL							
MOAT CAPITAL FIC FIA	7,03%	21,93%	22,05%	8,11%	8,11%	55,52%	102,40%
BRASIL CAPITAL 30 FIC FIA	7,82%	21,16%	24,72%	-0,40%	-0,40%	55,44%	76,65%
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	6,28%	18,58%	15,16%	-6,23%	-6,23%	41,49%	73,82%
SANTANDER FI IBOVESPA ATIVO INSTIT ACOES	7,43%	19,75%	20,96%	-5,69%	-5,69%	25,29%	41,76%
BENCHMARK - IBOVESPA	9,30%	25,81%	25,21%	2,92%	2,92%	35,42%	55,78%
IMOBILIÁRIO							
SÃO FRANCISCO 34 FI	-0,09%	-0,40%	-0,59%	-0,96%	-	-	-
BENCHMARK - IFIX	2,19%	2,69%	2,28%	-10,24%	-10,24%	22,05%	28,91%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	1,45%	3,82%	5,92%	6,14%	6,14%	24,40%	31,14%
RENTA FIXA							
ITAÚ SOBERANOFI REFERENCIADO DI LP	0,23%	0,45%	0,80%	2,48%	2,48%	8,43%	15,22%
BENCHMARK - CDI	0,16%	0,47%	0,99%	2,77%	2,77%	8,90%	15,90%
RENTA VARIÁVEL							
MOAT CAPITAL FIC FIA	7,03%	21,93%	22,05%	8,11%	8,11%	55,52%	102,40%
BENCHMARK - IBOVESPA	9,30%	25,81%	25,21%	2,92%	2,92%	35,42%	55,78%

DESPESAS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - 2020

Despesas	Valor	Valor	Total Geral
	Plano Adv-REV	PGA	
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	356.086,57	7.530,13	363.616,70
TAXA DE PERFORMANCE	107.752,00	5.035,16	112.787,16
TAXA DE GESTÃO	93.228,15	-	93.228,15
TAXA CVM	30.208,98	3,96	30.212,94
TAXA DE CUSTÓDIA	28.941,82	3,23	28.945,05
OUTRAS DESPESAS	21.817,06	3,69	21.820,75
TAXA CETIP	19.840,79	73,86	19.914,65
AUDITORIA	19.274,07	1,94	19.276,01
DESPESAS DE CONTROLADORIA	12.188,77	-	12.188,77
TAXA ANBIMA	5.405,33	1,23	5.406,56
TARIFAS BANCÁRIAS	3.223,11	0,44	3.223,55
TAXA SELIC	2.779,05	-	2.779,05
TAXA CBLC	227,26	-	227,26
Total	700.972,96	12.653,64	713.626,60

RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES, GESTORES E CUSTODIANTES

NOME	ADMINISTRADOR	CUSTODIANTE	GESTOR
ITAÚ SOBERANOFI REFERENCIADO DI LP	ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ UNIBANCO
MOAT CAPITAL FIC FIA	INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	ITAÚ UNIBANCO	MOAT CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA
DELTA FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS	BNY MELLON BANCO SA	TREK INVESTIMENTOS LTDA
TREK FI RF CRED PRIV IMOBILIARIO	CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	TREK INVESTIMENTOS LTDA
MONGERAL AEGON OABPREV GOFI MULTIMERCADO	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS	BANCO BRADESCO SA	MAG INVESTIMENTOS
VINCI OABPREVGO/TO FUNDODE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA	BANCO BRADESCO SA	VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA
SANTANDER FI IBOVESPA ATIVO INSTT ACOES	BANCO SANTANDER	SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S.A	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS
SÃO FRANCISCO 34 FI	CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	TREK INVESTIMENTOS LTDA
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA	BANCO BRADESCO SA	CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS LTDA
BRASIL CAPITAL 30 FIC FIA	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS	BNY MELLON BANCO SA	BC GESTÃO DE RECURSOS LTDA

2.4.1 CENÁRIO ECONÔMICO DE 2020

O ano de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia do Coronavírus que se iniciou na China no final de 2019, e atingiu Europa, Estados Unidos e América do Sul no 1º trimestre de 2020. Tal evento repercutiu com fortes efeitos na demanda agregada implicando em uma desaceleração da atividade econômica no Mundo bem como no Brasil. Vale notar que até o final de 2019 o cenário era de crescimento contratado, pois foi possível aprovar naquele ano a Reforma da Previdência com estimativa de economia de R\$ 1 trilhão, o que sinalizara para o mercado naquele momento um endereçamento do risco fiscal.

As projeções iniciais do Produto Interno Bruto (PIB) para o ano de 2020 chegaram a ser previstas em -9,0%, em função da forte desaceleração econômica advinda das implicações do Coronavírus. No entanto, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o PIB obteve crescimento de 1,0% no 1º (primeiro) trimestre de 2020, no 2º (segundo) trimestre houve queda de -2,1%, o 3º (terceiro) trimestre foi -3,4% negativo e o 4º (quarto) trimestre encerrou com -4,1%.

O tema do equilíbrio fiscal é central para a adequada normalização da atividade econômica no longo prazo, e nesse sentido a manutenção da condição de inflação baixa associada a um patamar de juros baixos que produza um crescimento econômico continuado só será possível se a política fiscal obedecer à regra do teto de gastos de modo a que tenhamos um equilíbrio da trajetória da relação dívida/PIB para os próximos anos.

Isto posto, o meio de alcançar um equilíbrio da dinâmica da trajetória da relação dívida/PIB passa por reformas de natureza constitucional como a natureza tributária, administrativa entre outras, a fim de venhamos observar que a expectativa de crescimento possa firmemente passar a apresentar números mais robustos.

No que tange às principais variáveis econômicas, a inflação acumulada de 4,52% a.a. medida pelo IPCA na janela 12 meses mostrou-se um pouco acima da meta de inflação de 4% a.a. esperada pelo Conselho Monetário Nacional.

A visão complementar, ou seja, a estimativa da inflação prevista para os próximos anos divulgada pela Pesquisa Focus do Banco Central junto a participantes de mercado aponta para um nível de inflação em torno de 3,25%, e, portanto, acomodada ao centro da meta do regime de inflação.

Caso o Governo logre algum êxito no enfrentamento do tema fiscal de modo a estabilizar a questão dos gastos governamentais, seria possível experimentar a conjugação de um quadro de reativação gradual da atividade econômica, o que seria ajudado pelo baixo patamar de juros, aliás, atualmente tem-se uma patamar historicamente baixo de juros reais (juro nominal descontada a inflação), - fato inédito no Brasil -, uma vez no ano corrente temos a taxa Selic no patamar de 2,0% a.a. e inflação medida pelo IPCA de 2,2% a.a. conduz a uma taxa real em patamar em torno de -0,2% a.a..

É fato notório que o juro real baixo é indutivo de crescimento, no entanto, frisa-se que o mercado acompanha de forma atenta o desenrolar a ser dado para a questão fiscal. Sem a aprovação de uma ampla agenda de reformas não se poderá esperar um crescimento econômico consistente e continuado.

No Cenário Internacional, a desaceleração da atividade econômica mundial conduziu a um relaxamento da política monetária nas maiores economias do Mundo. A economia Americana deverá receber um novo pacote de estímulo fiscal a fim de que a atividade retorne ao patamar pré-crise, no entanto, a previsão é de um longo período de taxa de juros baixas.

2.5 HISTÓRICO DO VALOR DA COTA PREVIDENCIÁRIA

O gráfico a seguir demonstra a evolução histórica do valor da cota previdenciária e o histórico da variação de retorno de 2006 a 2020. Observa-se que a média de retorno ao longo dos anos se mostrou em

9,14% a. a., ou seja, mesmo a cota tendo variado 2,69% de 2019 para 2020, devido aos desafios impostos pela Pandemia de Coronavírus, na análise a longo prazo o resultado é bem positivo.



The background image shows a blurred office desk. On the left, a laptop is open, displaying a dashboard with a pie chart and some text. In the foreground, a hand holds a clipboard with a document that has a bar chart on it. Another hand is holding a pen, ready to write. The overall scene is brightly lit, suggesting a sunny day.

RELATÓRIO ANUAL
2020

CAPÍTULO 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CAPÍTULO 3 • RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Moore VR Auditores & Consultores SS
Av. Olinda, 960, Sala 1204 - Ed. Business
Tower Lozandes - Park Lozandes
Goiânia - GO
Fone: (62) 3223-6098

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva, Participantes e Assistidos do
**Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional
de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-
GO**
Goiânia - GO

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-GO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-GO**, em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião sem ressalvas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **OABPrev-GO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, datado em 18 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do OABPrev-GO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o OABPrev-GO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o OABPrev-GO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança do OABPrev-GO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do OABPrev-GO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do OABPrev-GO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o OABPrev-GO a não mais se manter em continuidade operacional.

4



Moore VR Auditores & Consultores S/S
Av. Olinda, 960, Sala 1204 - Ed. Business
Tower Lozandes - Park Lozandes
Goiânia - GO
Fone: (62) 3223-6098

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, de 03 de março de 2021

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES S/S
CRC 1 GO 02158/O-4
CVM 12807

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
Contador CRC DF 018838/O-0
CNAI 2563



RELATÓRIO ANUAL

2020

CAPÍTULO 4

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

CAPÍTULO 4 • DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

I BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

ATIVO	NOTA	Exercício 2020	Exercício 2019	PASSIVO	NOTA	Exercício 2020	Exercício 2019
DISPONÍVEL	2.1	239	1.157	EXIGÍVEL OPERACIONAL		609	612
				Gestão Previdencial	2.4.1	434	427
				Gestão Administrativa	2.4.2	175	186
REALIZÁVEL		127.847	120.046	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.6.1	129.667	122.882
Gestão Administrativa	2.2.1	13	8	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		125.787	119.273
Investimentos	2.2.2	127.834	120.038	Provisões Matemáticas		125.787	119.273
Fundos de Investimentos		127.834	120.038	Benefícios Concedidos		13.435	10.534
PERMANENTE	2.3	2.190	2.291	Benefícios a Conceder		112.352	108.739
Imobilizado		2.123	2.206	Fundos		3.880	3.608
Intangível		67	85	Fundo Administrativo	2.6.2	3.880	3.608
TOTAL DO ATIVO		130.276	123.494	TOTAL DO PASSIVO		130.276	123.494

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

	DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação %
	A) Patrimônio Social - início do exercício	122.882	108.648	13,10%
	1. Adições	22.414	25.710	-12,82%
(+)	Contribuições Previdenciais	16.760	12.912	29,80%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.348	10.279	-67,43%
(+)	Receitas Administrativas	2.255	2.124	6,19%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	51	395	-87,10%
	2. Destinações	(15.629)	(11.476)	36,18%
(-)	Benefícios	(13.595)	(9.356)	45,31%
(-)	Despesas Administrativas	(2.034)	(2.121)	-4,08%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	6.785	14.234	-52,33%
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.513	13.835	-52,92%
(+/-)	Fundos Administrativos	272	398	-31,72%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	129.667	122.882	5,52%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

- PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	119.273	105.438	13,12%
	1. Adições	20.114	23.233	-13,42%
(+)	Contribuições	16.766	12.954	29,43%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.348	10.279	-67,43%
	2. Destinações	(13.601)	(9.398)	44,72%
(-)	Benefícios	(13.595)	(9.356)	45,31%
(-)	Custeio Administrativo	(6)	(42)	-86,24%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.514	13.835	-52,92%
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.514	13.835	-52,92%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	125.787	119.273	5,46%
	C) Fundos não Previdenciais	3.880	3.608	7,53%
(+/-)	Fundo Administrativo	3.880	3.608	7,53%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

- PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)

Valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
1. Ativos	130.101	123.308	5,51%
Disponível	150	1.125	-86,63%
Recebível	3.880	3.608	7,53%
Investimento	126.070	118.575	6,32%
Fundos de Investimento	126.070	118.575	6,32%
2. Obrigações	434	427	1,74%
Operacional	434	427	1,74%
3. Fundos Não Previdenciais	3.880	3.608	7,53%
Fundos Administrativos	3.880	3.608	7,53%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	125.787	119.273	5,46%
Provisões Matemáticas	125.787	119.273	5,46%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- PGA CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.608	3.210	12,41%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.306	2.519	-8,46%
1.1. Receitas	2.306	2.519	-8,46%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6	42	-86,24%
Custeio Administrativo dos Investimentos	288	329	-12,55%
Receitas Diretas	1.962	1.752	11,93%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	51	395	-87,18%
2. Despesas Administrativas	(2.034)	(2.121)	-4,07%
2.1. Administração Previdencial	(1.966)	(2.053)	-4,25%
Pessoal e encargos	(509)	(555)	-8,43%
Treinamentos/congressos e seminários	(5)	(39)	-86,40%
Viagens e estadias	(16)	(47)	-64,98%
Serviços de terceiros	(557)	(475)	17,36%
Despesas gerais	(650)	(756)	-14,06%
Depreciações e amortizações	(103)	(55)	87,70%
Tributos	(126)	(126)	-0,60%
2.2. Administração dos Investimentos	(68)	(67)	1,34%
Serviços de terceiros	(68)	(67)	1,34%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	272	398	-31,83%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	272	398	-31,83%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	3.880	3.608	7,53%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

- PLANO Adv-PREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+4)	126.221	119.700	5,45%
1. Provisões Matemáticas	125.787	119.273	5,46%
1.1. Benefícios Concedidos	13.435	10.534	27,54%
Contribuição Definida	13.435	10.534	27,54%
1.2. Benefícios a Conceder	112.352	108.739	3,32%
Contribuição Definida	112.352	108.739	3,32%
Saldo de contas - parcela participantes	112.352	108.739	3,32%
4. Exigível Operacional	434	427	1,74%
4.1. Gestão Previdencial	434	427	1,74%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de dezembro de 2020 e 2019.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPrev-GO é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil e sem fins lucrativos, estruturada na forma do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 329, de 01 de março de 2006, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado.

São Instituidores a OAB-GO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás, CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, OAB-TO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins, CAATO - Caixa de Assistência dos Advogados do Tocantins.

O OABPrevGO/TO tem sede e foro na cidade de Goiânia, estado de Goiás, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPrevGO/TO tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores ou patrocinadores, mediante contribuição de participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitando a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de comissões advindas da terceirização de plano de cobertura de benefícios de risco e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrevGO/TO não distribui dividendos, aplica seus recursos em observância a Resolução CMN 4.661 de 25/05/2018 e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

1.2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 são apresentadas pelo OABPrevGO/TO de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos

editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às EFPCs, (ITG 2001) aprovada pela Resolução CFC Nº 1.272/10 referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que for pertinente, a legislação específica, que compreendem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores (PREVIC) das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29 de 18 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações sendo a mais recente a IN MPS/PREVIC nº11 de 03 de dezembro de 2018.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo

operacional de longo prazo da sua atividade.

O OABPrevGO/TO apresenta mensalmente os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além do balancete consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela EFPC, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são enviados ao órgão fiscalizador vide regulamentação.

Todos os valores das demonstrações contábeis estão apresentados em milhares de reais e os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

As demonstrações contábeis foram apreciadas pela Diretoria Executiva em 18 de fevereiro de 2021.

1.3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Contabilidade do OABPrevGO/TO é

elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas

plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

consistentemente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do OABPrevGO/TO são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o fundo atua

("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ mil que é a moeda funcional da EFPC.

Mudança de práticas contábeis

O OABPrevGO/TO adota métodos e

critérios objetivos e uniformes ao longo do

tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil são evidenciadas em

notas explicativas quando aplicável, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

a) Registros contábeis das contribuições de participantes

Os registros contábeis relativos as contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são

escrituradas com base no regime de caixa, de acordo com Art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC nº 29 de 13 abril de 2018.

b) Reconhecimento de resultados

O regime adotado para todos os registros contábeis, como receitas, despesas, adições, deduções e variações positivas e negativas, foi de Competência do Exercício, isso significa que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização,

bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

c) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

bens.

A EFPC mantém controles individuais dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado, através de sistema eletrônico de controle patrimonial, onde estão registrados o valor e a data da aquisição, a depreciação acumulada, o valor da reavaliação, quando apropriada, o valor atualizado e a data da baixa, e efetuou inventário físico dos bens patrimoniais.

Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de acordo com a expectativa de vida útil dos

d) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança, tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido (provável perda),

observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

A administração, baseada em relatórios dos seus advogados externos, não identificou situação que se enquadre nas condições acima não havendo a necessidade de provisões de tais naturezas.

e) *Comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.*

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios de caráter previdencial é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente,

de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão, não sendo o caso do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Goiás (Adv-PREV) pois o mesmo se caracteriza como contribuição definida.

1.4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão

iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

1.4.1 JULGAMENTO CRÍTICO NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA ENTIDADE

a) Provisões matemáticas.

As provisões matemáticas equivalem ao compromisso atual do plano de benefícios para com seus participantes e assistidos, devidamente constituídas por contribuições e atualizadas pela rentabilidade auferida, conforme nota técnica atuarial do plano, sob responsabilidade do atuário legalmente habilitado, sendo formado por:

Benefícios Concedidos - compromissos já assumidos pelo plano em favor de seus assistidos; e

Benefícios a Conceder - compromissos assumidos em favor de seus participantes que ainda não entraram em gozo de

benefícios.

Registra valores com regras específicas de constituição e destinação, conforme demonstrado a seguir:

Previdencial - tendo em vista a modalidade do plano, estruturado em Contribuição Definida, sua constituição ocorre pelas contribuições básicas e eventuais efetuadas pelos participantes, bem como pelo aporte de capital segurado da seguradora contratada, este em caso de sinistros de invalidez total e permanente ou morte daqueles participantes que tenham efetuado contribuições específicas para tais fins.

Administrativo - é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o

custeio administrativo e seus rendimentos dos investimentos e os gastos realizados pela Entidade. Tem por finalidade garantir

os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

2 BALANÇO PATRIMONIAL

2.1 DISPONÍVEL

A denominação disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e

numerários em trânsito. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Banco CREDJUR	190	606
Santander	1	112
Banco do Brasil	-	108
Caixa Econômica Federal	9	43
Banco Itaú	1	251
Bancos Conta Movimento	200	1.120
Vinculado – CREDJUR cotas	39	37
Disponível	239	1.157

2.2 REALIZÁVEL

2.2.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os recursos a receber do programa de gestão administrativa junto a

terceiros e apresentava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2020	2019
Contas a receber – adiantamento de férias	11	-
Contas a receber – adiantamento a consultores	-	5
Despesas Antecipadas – prêmio de seguros	2	3
Gestão Administrativa	13	8

2.2.2 INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano administrado pela entidade seguem as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais aplicáveis às EFPC em especial a Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 bem como a Política de Investimento aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Em 31 de dezembro o OABPrevGO/TO possuía em sua carteira, cotas de fundos

de investimentos, baseados no disposto na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

A composição da carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era a seguinte:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Investimentos	127.834	120.038
Fundos de Investimentos	127.834	120.038
Referenciado	16.206	16.476
Itaú Soberano DI LP	16.206	16.476
Renda Fixa	507	4.235
BB Previdenciário RF IRF-MTítulo	-	2.608
Delta Crédito Privado FIC FIRF	139	887
Novero FIRF Credito Privado Imobiliario	368	739
Ações	19.431	17.531
Moat Capital Fundo Investimento	6.076	4.433
Santader FI Ibovespa Ativo	2.705	2.077
Constancia Fundamento FIA	5.226	5.573
Brasil Capital 30 FIC de FIA	5.424	5.446
Multimercado	91.290	81.797
Mongeral Aegon OABPREVGO FI	43.250	39.509
TC OABPREVGO/TO	-	-
Vinci OABPREVGO/TO	48.040	42.288
Imobiliário	400	-
São Francisco FII	400	-

O Fundo DELTA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA, CNPJ 24.612.944/0001-88, é um fundo de baixa liquidez, está fechado para

resgate e possui provisões para perda de créditos de liquidação duvidosas efetuadas pela administração do próprio fundo, por esta razão registrou variação de

rentabilidade negativa durante todo o ano de 2019 e 2020.

Vale ressaltar que:

- I) em março de 2020 o Administrador do Fundo (BNY Mellon) comunicou via documento "Fato Relevante", o impacto negativo equivalente a 81,63% do patrimônio líquido do Fundo, em virtude da reavaliação do preço de venda forçada do imóvel Fazenda São Marcos III localizada na Rodovia BR-242, Município de Barreiras - Estado da Bahia, que constitui o lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliário da 9ª Emissão da 1ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A., ativo adquirido por fundo de investimento no qual este FUNDO investe seus recursos.
- II) no fechamento de dezembro de 2020 o fundo sofreu novo impacto negativo na ordem de 7,94% do seu patrimônio líquido decorrente da reprecificação do imóvel Fazenda São Marcos III localizada na Rodovia BR-242, Município de Barreiras - Estado da Bahia, que constitui o lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliário da 9ª Emissão da 1ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A., ativo adquirido por fundo de investimento no qual este FUNDO investe seus recursos.

O fundo TREK FIRF CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO, CNPJ 15.862.639/0001-53, também é um fundo de baixa liquidez e também foi afetado por provisões para perda de créditos de liquidação duvidosas efetuadas pela administração do próprio

fundo, por esta razão registrou variação de rentabilidade negativa durante o ano de 2019 e 2020.

Vale destacar que o Gestor (Trek Investimentos Ltda) realizou, em julho de 2020, uma amortização paga em ativos (cotas) do Fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, no valor de R\$ 401.582,61, por estratégia do Gestor, a fim de que os cotistas do Fundo TREK FIRF CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO, pudessem exercer a garantia da alienação fiduciária de debêntures vencidas. Desta forma, a Entidade passou a ser cotista do fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, sem impacto financeiro, dado que a queda na cota do Fundo TREK FI RF CRED PRIV IMOBILIARIO foi compensada com o recebimento de mesmo valor de cotas do Fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO.

Atualmente o valor contábil dos três fundos citados correspondem a 0,72% da carteira de investimentos do Plano Adv-Prev e estão aderentes ao orçamento de risco da Entidade. A gestão da OABPrevGO/TO acompanha o processo de recuperação judicial dos citados fundos, para tomar as medidas cabíveis que julgar necessárias.

Dentre os ativos pertencentes a carteira de investimentos dos Fundos exclusivos, VINCI OABPREVGO/TO FIM e MONGERAL AEGON OABPREVGO FIM, existem títulos públicos que foram marcados na curva, ou seja, com objetivo de serem mantidos até o vencimento, cujo valor do montante aplicado é de R\$ 6.978.361,24, ao qual representa 5,46% do patrimônio aplicado em Fundos de Investimentos da carteira da Entidade.

2.3 PERMANENTE

Registra o valor contábil de bens e direitos imobilizados e estão contabilizados ao custo de aquisição, ajustado por

depreciações de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Imobilizado	2.190	2.291
Operacional Corpóreo	2.190	2.291
Bens Móveis	174	204
Computadores	12	15
Custo	58	57
(-) Depreciação Acumulada	(46)	(42)
Sistemas Operacionais	2	3
Custo	8	8
(-) Depreciação Acumulada	(6)	(5)
Móveis e Utensílios	119	139
Custo	212	212
(-) Depreciação Acumulada	(93)	(73)
Máquinas e Equipamentos	42	47
Custo	75	74
(-) Depreciação Acumulada	(34)	(27)
Bens Imóveis	1.950	2.002
Salas Comerciais	1.950	2.002
Custo	2.007	2007
(-) Depreciação Acumulada	(57)	(5)
Intangível	67	85
Custo	93	93,00
(-) Amortização	(26)	(8)

2.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

2.4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios, as retenções a recolher incidentes sobre estes, os repasses a título de cobertura para custeio

dos benefícios de risco contratados, e com vencimento em janeiro. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentava os seguintes valores:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Gestão Previdencial	434	427
Benefícios a Pagar	18	14
Saldo de Resgate a Pagar	18	14
Retenções a recolher	109	102
IRRF s/ Benefícios renda continuada	29	22
IRRF s/ Benefícios Pagamento Único	80	80
Obrigações Contratadas	294	297
Seguros e Previdência Contratada	294	297
Outras Exigibilidades	13	14
Provisões para ajuste de cotas	9	10
Outras Exigibilidades	4	4

2.4.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os compromissos a pagar assumidos pela entidade, inclusive as provisões de férias dos empregados e as

retenções a recolher incidentes sobre estes. Em 31 de dezembro apresentava os seguintes valores:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Gestão administrativa	176	190
Contas a pagar	167	183
Salários e Encargos	79	68
Fornecedores	87	112
Retenções a Recolher	3	3
Tributos a Recolher	7	4
Pis/Cofins	7	4

2.5 EXIGÍVEL CONTIGENCIAL

Tendo em vista que não há qualquer ação judicial, em que a Entidade figure como parte, com o risco classificado como "provável", não existe, nas demonstrações financeiras da Entidade, qualquer provisão contábil, à título de exigível contingencial.

Entretanto, registramos abaixo duas ações judiciais nas quais a Entidade figura como parte com risco classificado como "possível".

2.5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

A Entidade é polo passivo com responsabilidade subsidiária juntamente com a Cia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A, em um processo judicial de nº 0156131-85.2016.8.06.001, no montante de R\$ 291 mil.

Conforme previsão contratual entre a Entidade e a citada Seguradora em sua Cláusula Nona, Item 9.4, eventuais demandas ajuizadas pelos participantes

ou beneficiários do plano Adv-PREV contra a OABPrevGO/TO, tendo por objeto, direta ou indiretamente, a restituição das contribuições relativas à contratação parcela adicional de risco ou pagamento de sinistro, serão de responsabilidade exclusiva da MONGERAL AEGON, cabendo-lhe indenizar a OABPrevGO/TO pelos custos de eventual condenação e despesas processuais que lhe sejam impostos após o trânsito em julgado.

2.5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Entidade é réu em Reclamatória Trabalhista sob o processo de número

0010239-09.2020.5.18.0011. Valor da causa (pedido) de R\$ 86.684,77.

2.6 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Registra valor equivalente às Provisões Matemáticas que correspondem ao somatório das contas individuais mantidas em favor dos participantes e assistidos do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Goiás (Adv-PREV) (CNPB 2006000829).

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes e assistidos, seja perante os órgãos públicos e o próprio

OABPrevGO/TO.

As provisões matemáticas de encerramento do exercício de 2020 foram apuradas pelo atuário Rafael Porto de Almeida, MIBA nº 1.738, da consultoria Lumens Atuarial contratada pela EFPC. Os valores registrados nestas rubricas constam do parecer elaborado pelo atuário e encontram-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Observado o referido parecer, as provisões matemáticas apresentam em 31 de dezembro os seguintes valores:

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019
Provisões Matemáticas	125.787	119.273
Benefícios concedidos	13.435	10.534
Benefícios a Conceder	112.352	108.739
Patrimônio de Cobertura do Plano	125.787	119.273

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foi realizada avaliação atuarial no Plano de Benefício Previdencial, por pessoa jurídica legalmente habilitada e o resultado está contabilizado no balanço patrimonial.

Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente

Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente

Premissas atuarias

Observada a contratação da Lumens Atuarial, que assumiu a responsabilidade técnica do plano de benefícios a partir do mês de janeiro de 2020, em nome dos profissionais Rafael Porto de Almeida, MIBA nº 1.738 e Karen Tressino, MIBA nº 1.123, foram realizados estudos estatísticos para se verificar as hipóteses atuariais que deverão vigor a partir de 1º de abril de 2021, conforme formalizado em Ata de Reunião do Conselho Deliberativo de 28 de janeiro de 2021.

O regime financeiro para financiamento do plano de benefícios é o de capitalização, pelo método da capitalização individual.

Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefícios.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, informa-se que tais hipóteses não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para composição do fator de conversão dos saldos individuais em renda mensal continuada.

Assim, fundamentados nos referidos estudos, foram definidas as seguintes hipóteses:

Vigência das hipóteses*	2020	2019
Taxa real de juros	4,09% a.a	4,19% a.a
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSSB – 2015 – F	AT-2000 – F suav 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	BR-EMSSB – 2015 – F	AT-2000 – F suav 10%

* Conforme deliberação, as hipóteses serão mantidas.

Destaca-se ainda que a taxa de juros de 4,09% ao ano foi adotada em observância da Portaria nº 337/2020 e que a tábua de mortalidade adotada para apuração da

expectativa de vida a compor o fator de conversão é publicada pela Superintendência Nacional de Seguros Privados - SUSEP, sendo adequada aos participantes do plano de benefícios, conforme demonstrado em testes de aderência.

2.6.2 FUNDOS ADMINISTRATIVOS

Registra o fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão

Administrativa e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

R\$ MIL			
Descrição	2020	Constituição	2019
Fundos Administrativos	3.880	272	3.608
Plano de Gestão Administrativa	3.880	272	3.608

Para fins de consolidação das demonstrações a Participação no Plano de Gestão Administrativa (PGA) é eliminada por meio do Balancete de Operações comuns, assim o somatório das contas

patrimoniais do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa deve ser deduzido do saldo do Fundo Administrativo:

R\$ mil	31/12/2020		31/12/2019	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
PLANOS/CONTAS	Particip. no PGA	Particip. no Fdo Adm	Particip. no PGA	Particip. no Fdo Adm
PLANO OABPREV-GO	3.880	(3.880)	3.608	(3.608)
ELIMINAÇÃO	(3.880)	3.880	(3.608)	3.608
CONSOLIDADO	-	-	-	-

3 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

3.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

O resultado do plano de benefícios previdenciários no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios e acrescidas ou

deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído, estruturado na

modalidade de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, por meio da constituição ou reversão de provisões matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

Conforme mencionado, baseados em estudos estatísticos de aderência das hipóteses atuariais realizados pela Lumens Atuarial em 2019, foi adotada em 2020 a tábua BR-EMSSB - 2015 - F publicada pela SUSEP para apuração da expectativa de vida dos participantes.

Tal hipótese, será mantida em 2021 por ter sido demonstrada sua aderência em novos estudos elaborados em novembro de 2020.

Quanto à taxa de juros, a Instrução Normativa PREVIC nº 33 de 23 de outubro

de 2020 estabelece que o plano de benefícios que apresente benefício com características de contribuição definida e utilize taxa real anual de juros em seu cálculo deve adotá-la dentro do intervalo regulatório estabelecido, considerando a duração de dez anos

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro de que trata a referida Instrução, observada a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, segundo a Portaria nº 337/2020, é de 5,32% a.a., sendo o limite inferior do intervalo de 3,72% a.a. e o limite superior de 5,72% a.a.

Diante do intervalo estabelecido pela referida portaria e com base na política de investimentos para o ano de 2021, ficou definida a manutenção da taxa de juros de 4,09% como hipótese a ser utilizada na composição do Fator de Conversão dos saldos individuais e rendas continuadas.

3.2 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O custeio das despesas administrativas do OABPrevGO/TO utilizou como fontes de recursos os valores correspondentes ao custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela terceirização de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à Administração da Entidade são registradas pelo plano de gestão administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto por meio de rateio entre os programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

3.3 FLUXO DE INVESTIMENTOS

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

Em 2020, a variação da cota representou 2,69% de rentabilidade sobre os investimentos do plano Adv-PREV. Performando 28% do índice de referência (INPC + 4,09% a.a.), que fechou em 9,74% no ano.

Vale destacar que o cenário econômico de 2020 sofreu grandes impactos e o grande marco foi alta volatilidade nos preços dos ativos na bolsa de valores, devido às incertezas com pandemia do Corona Vírus, o que ocasionou quedas significativas no

índice Ibovespa no decorrer do ano. Em consequência, como os fundos de renda variável registraram impactos negativos, o reflexo resultou no retorno acumulado inferior ao índice de referência.

4 FATOS RELEVANTES

Ao se comparar as aplicabilidades das regras contábeis entre os exercícios 2019 e 2020, vale ressaltar que, em decorrência da alteração do desenho de gestão administrativa terceirizada para gestão própria e conseguinte, distrato com a empresa MAAB - MONGERAL AEGON ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, que se deu em 31.12.2019, com a qual a Entidade mantinha contrato de gestão de passivo, incluindo, dentre outros profissionais, o Contador e a prestação de

serviços contábeis. Ao longo do ano de 2019, a OABPrevGO/TO foi se adaptando ao modelo de gestão internalizada e com essa ação veio a necessidade de segregar as áreas de gestão e controle, resultando assim na contratação da empresa PRP Soluções Contábeis LTDA, representada pelo Sr Júlio César Medeiros Pasqualetto, CRC RS-047048/O-0, responsável técnico pelos trabalhos contábeis, desde a competência 09/2019.

5 PARTICIPANTES

Em 31 de dezembro de 2020, a OABPrevGO/TO contava com 5.134 participantes inscritos no Plano Fundo de

Pensão Multipatrocinado da OAB-GO e da Casag, sendo 39 Assistidos, 34 Pensionistas e 5.061 ativos.

Quantidade	Ativos		Assistidos		Pensionistas		Total Participantes	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Total Participantes	5.061	5.121	39	33	34	23	5.134	5.177
Participantes	5.061	5.121	39	33	34	23	5.134	5.177

6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de agosto de 2020 foi divulgada a Instrução PREVIC - IP nº 31, estabelecendo mudanças na estrutura contábil das entidades fechadas de previdência complementar com vigência a partir do exercício de 2021. Dentre as principais mudanças estão: i) Reclassificação dos contratos de dívidas com as patrocinadoras que estavam sendo registrados no passivo passarão a ser registrados no ativo, , que no caso da OABPREV- GO não terá reflexo nas contas patrimoniais, pois não possui dívidas contratadas no passivo da entidade; ii) Estrutura de contas de investimentos de forma detalhada com provisão específica para cada grupo de ativos; iii) Padronização dos contratos de riscos terceirizados; iv) Eliminação da classificação de despesas Previdenciais e Investimentos, Comuns e específicas e Físicas e Jurídicas, dentre outras.

MARCIA
QUEIROZ
NASCIMENTO:39
448444168

Assinado de forma digital
por MARCIA QUEIROZ
NASCIMENTO:394484441
68
Dados: 2021.03.04
09:32:31 -03'00'

Marcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Assinado de forma digital por TABAJARA FRANCISCO POVOA NETO
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autenticado por AR Certisign OAB,
ou=Assinatura Tipo A3, ou=ADVOGADO, cn=TABAJARA FRANCISCO
POVOA NETO
Dados: 2021.03.04 17:23:01 -03'00'

Tabajara Francisco Pova Neto
Diretor de Benefícios
CPF: 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

ANTONIO CARLOS DA
SILVA MAGALHAES

Assinado de forma digital por
ANTONIO CARLOS DA SILVA
MAGALHAES
Dados: 2021.03.05 09:54:37 -03'00'

Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 168.334.221-68
ICSS ADM EA06700

JULIO CESAR MEDEIROS
PASQUALETO:48411140091

Assinado de forma digital por JULIO CESAR
MEDEIROS PASQUALETO:48411140091
Dados: 2021.03.04 08:46:42 -03'00'

Júlio Cesar Medeiros Pasqualetto
Contador CRC RS-047048/O-0
CPF: 484.111.400-91
ICSS ADM EA00437



RELATÓRIO ANUAL

2020

CAPÍTULO 5
PARECERES

CAPÍTULO 5 • PARECERES

5.1 PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS Adv-PREV



PARECER ATUARIAL 2021

ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO – Adv-PREV
OABPREV-GO

1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2020 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - Adv-PREV, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPREV-GO.

Tem ainda como objetivo – com base nas informações relativas ao patrimônio para cobertura do plano – atestar o resultado técnico-atuarial.

São também apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2021, observada aprovação prévia da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e atestadas pelo Conselho Fiscal, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018 e Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

2. DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas para a Avaliação Atuarial foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2020 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências, sendo consideradas consistentes para fins das análises.

Foram utilizadas, ainda, informações financeiras relativas ao Programa Administrativo, o histórico de cotas que refletem a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados nas Avaliações Atuariais anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios.

Em 31/12/2020, conforme demonstrado na tabela a seguir, foram identificados 5134 participantes e assistidos do Plano Adv-PREV, sendo destes 98,58% em fase de capitalização e apenas 1,42% em fase de percepção de renda.

www.lumensatuarial.com.br

Dos participantes e assistidos do plano, 52,98% são do sexo masculino e 47,02% do sexo feminino.

Tabela 1 - Síntese Estatística - Participantes e Assistidos

	Masculino	Feminino	Total
Ativos	2673	2388	5061
Aposentados	23	16	39
Pensionistas	24	10	34
Total	2720	2414	5134

Dos participantes ativos, observou-se uma média de 34 anos aproximadamente, o que demonstra ser ainda um plano de baixa maturidade populacional, proporcionando grande potencial de expansão do patrimônio ao longo dos anos futuros.

Conforme informado em base de dados, os participantes esperam se aposentar, em média, aos 63 anos. Assim, partindo da média de idade dos atuais ativos, estima-se que permanecerão em fase de capitalização dos recursos pelos próximos 29 anos, em média, favorecendo o crescimento patrimonial, conforme mencionado.

3. HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30/2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de adequação é exigida apenas aos planos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV), haja vista a presença de regime atuarial, mutualista.

Não obstante, apesar de não haver desde 2014 (redação da Resolução CNPC Nº 15/2014) a exigência, por parte do órgão regulador, quanto à comprovação da adequação das hipóteses aos Planos de Contribuição Definida (CD), visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, tais testes são realizados periodicamente pela Lumens Atuarial tendo como objetivo principal a adequação e sustentabilidade do plano às necessidades da população segurada.

www.lumensatuarial.com.br

Elaborados tais estudos, solicitou-se, portanto, uma manifestação da Entidade quanto às referidas hipóteses para que pudéssemos formalizá-las no presente documento e nas Demonstrações Atuariais encaminhadas à PREVIC.

Assim, com base na aprovação da Diretoria Executiva, Deliberação do Conselho Deliberativo e atestado pelo Conselho Fiscal, seguem abaixo as hipóteses formalizadas na presente Avaliação Atuarial de 2020 e que estarão vigentes no exercício de 2021:

- a) Taxa de Juros: 4,09%a.a.;*
- b) Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSSB – 2015 – F; e*
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSSB – 2015 – F.*

As considerações acerca da aderência e adequação das referidas hipóteses constam do Relatório de Aderência das Hipóteses disponibilizado à Entidade.

Destaca-se, porém – que por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sem regime mutualista / atuarial – que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes e Assistidos, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por aplicação de Fator de Conversão.

A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade líquida auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, por compor um índice de referência em conjunto ao indexador de inflação.

Quanto a esse aspecto, a rentabilidade líquida auferida pelos recursos do plano em 2020, considerando a cota vigente em 31/12/2019 e 31/12/2020, foi de 2,69%. No mesmo período o Índice de Referência, composto pelo INPC (janeiro a dezembro de 2020) e 4,09% ao ano, acumulou 9,74%.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou a estruturação contábil das Provisões Matemáticas do plano de benefícios Adv-PREV em 31/12/2020 - data base da presente Avaliação Atuarial – e em 31/12/2019 para fins de comparação:

www.lumensatuarial.com.br

Tabela 2 - Provisões Matemáticas e Fundos

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2019 Valor	31/12/2020 Valor
2.3	Patrimônio Social	R\$ 122.956.952,97	R\$ 129.666.664,29
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 119.273.042,52	R\$ 125.786.585,04
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 119.273.042,52	R\$ 125.786.585,04
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 10.533.732,60	R\$ 13.434.945,13
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 10.533.732,60	R\$ 13.434.945,13
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 10.533.732,60	R\$ 13.434.945,13
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 108.739.309,92	R\$ 112.351.639,91
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 108.739.309,92	R\$ 112.351.639,91
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Empregadores e Instituidores	0,00	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Participantes	R\$ 108.739.309,92	R\$ 102.839.144,66
2.3.1.1.02.01.03	Saldo de Contas - Portabilidade EFPC	-	R\$ 5.972.488,43
2.3.1.1.02.01.04	Saldo de Contas - Portabilidade EAPC	-	R\$ 3.540.006,82
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	0,00	0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00	0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 3.683.910,45	3.880.079,25
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	0,00	0,00
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 3.683.910,45	3.880.079,25
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	0,00	0,00

Conforme demonstrado, o plano de benefícios Adv-PREV, administrado pela OABPREV-GO, apresentou em 31/12/2020 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS PARA AS DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS

5.1. DURATION DO PASSIVO

Observada a legislação vigente, em especial a Resolução CNPC 30/2018, a Instrução PREVIC 10/2018 e a Instrução PREVIC 33/2020, haja vista a estruturação do plano, cuja modalidade é de Contribuição Definida, sem assunção de riscos ou

www.lumensatuarial.com.br

regimes atuariais, considera-se a duration do passivo como sendo de 10 anos para fins de análise da taxa de juros parâmetro.

5.2. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Tendo em vista se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, sem regime mutualista, não há riscos atuariais envolvidos que possam acarretar desequilíbrios técnicos. Os riscos do plano se restringem à eventual frustração de expectativas dos participantes, o que é mitigado por ações da entidade para revisão das contribuições voltadas aos benefícios futuros, bem como por estudos estatísticos de aderência das hipóteses atuariais utilizadas na composição do Fator de Conversão do Saldo em renda continuada.

5.3. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2020.

5.4. REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Observadas as determinações regulamentares, não são constituídos Fundos Previdenciais.

5.5. VARIAÇÃO DO RESULTADO

O plano de benefícios, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento e hipóteses atuariais, apresentou em 31 de dezembro de 2020 resultado de Equilíbrio Técnico.

Destaca-se um crescimento de aproximadamente 5% do Patrimônio de Cobertura do Plano ao longo do exercício de 2020, haja vista a apuração de um montante de R\$ 119 milhões no encerramento do exercício anterior.

5.6. NATUREZA DO RESULTADO

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

www.lumensatuarial.com.br

5.7. ADEQUAÇÃO DOS METODOS DE FINANCIAMENTO:

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante. Assim, mostra-se adequado o método de Capitalização Financeira Individual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPREV-GO referente à data base 31/12/2020.

Assim, considerando o exposto no presente Parecer Atuarial se conclui que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – Plano Adv-PREV encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, destacando-se ainda que o Relatório de Avaliação Atuarial.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2021.



Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA nº 1.738
Lumens Consultoria Atuarial



Marco Antonio Rasoppi
Atuário MIBA nº 1.776
Lumens Consultoria Atuarial

www.lumensatuarial.com.br

5.2 PARECER DO CONSELHO FISCAL



Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás, e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB, Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-GO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, do Plano Adv-Prev e do PGA – Plano de Gestão Administrativa, e tomando como base o Parecer Atuarial da empresa Lumens Atuarial e dos auditores independentes, Moore VR Auditores & Consultores SS, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Goiânia, 09 de março de 2021.

FLAVIA SILVA MENDANHA
CRISOSTOMO

Assinado de forma digital por FLAVIA
SILVA MENDANHA CRISOSTOMO
Dados: 2021.03.09 11:58:24 -03'00'

Dra. FLAVIA SILVA MENDANHA CRISOSTOMO – Presidente

LUIS ALBERTO
FERREIRA:33586802153

Assinado de forma digital por LUIS
ALBERTO FERREIRA:33586802153
Dados: 2021.03.09 12:10:40 -03'00'

Dr. LUIS ALBERTO FERREIRA – Conselheiro Titular

ADRIANO NAVES
TEIXEIRA:01040603106

Assinado de forma digital por
ADRIANO NAVES
TEIXEIRA:01040603106
Dados: 2021.03.09 13:31:33 -03'00'

Dr. ADRIANO NAVES TEIXEIRA – Conselheiro Suplente

CRISTIANO PEREIRA DA
SILVA:01785194135

Assinado de forma digital por CRISTIANO
PEREIRA DA SILVA:01785194135
Dados: 2021.03.09 12:52:14 -03'00'

Dr. CRISTIANO PEREIRA DA SILVA – Conselheiro Suplente

Avenida Olinda, quadra 04, Lote 02, Torre 1, 14º andar, salas 1406 a 1412, Shopping
Lozandes, Setor Park Lozandes – CEP: 74.884-120
Fone: (0xx62) 3088 5200 – 3088 52 45 www.oabprevgo.org.br
e-mail- oabprevgo@oabprevgo.org.br



RELATÓRIO ANUAL
2020

CAPÍTULO 6
CORPO
ADMINISTRATIVO
E PARCEIROS

CAPÍTULO 6 • CORPO ADMINISTRATIVO E PARCEIROS

CORPO ADMINISTRATIVO

Marlene Gontijo dos Reis Almeida
Gerente Geral

Marden André Quintão
Coordenador Financeiro

Pedro Henrique Fernandes Guida Mascarenhas
Coordenador Administrativo

Rubia Magali Pazuch Cabral
Analista

Amanda Vitória Pereira Costa
Assistente Administrativa

PGS CONTABILIDADE - Pedro Guida Sobrinho
CONTROLLER

MARTINS E BRUM ADVOGADOS S/S- Dr. Luiz Fernando Brum dos Santos
ASSESSORIA JURÍDICA

ADITUS CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

CORRETORAS PREVIDENCIÁRIOS (VENDAS):

Ancora Corretora de Seguros EIRELI
Eriedna Corretora de Seguros de Vida e Previdência EIRELI
LG Corretora de Seguros de Vida EIRELI
Said Corretora de Seguros de Vida EIRELI ME
Triunfo Corretora de Seguros de Vida e Previdência LTDA ME
Victorino Corretora de Seguros de Vida e Previdência LTDA ME
Vitasse Corretora de Seguros LTDA ME



RELATÓRIO ANUAL

2020

CAPÍTULO 7

DIRIGENTES
DA ENTIDADE



Dr. Victor Gustavo Lobo Cortez Amado
Presidente do Conselho Deliberativo

Advogado - OAB/GO nº 26.400 - Graduado em Direito pela Universidade Católica de Goiás em 2007. Pós-Graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes. Pós-Graduado em Direito Desportivo pela Universidade Cândido Mendes. Advogado e sócio no escritório Marisvaldo Cortez Amado Advocacia S/S. Membro do Conselho Deliberativo da OABPrevGO/TO gestão 04/2017 a 03/2020.

Dra. Deborah Alves de Castro
Vice-presidente do Conselho Deliberativo

Advogada OAB/GO nº 31.947 - Graduada em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira em 2007, Pós-graduada em Direito Público e Privado; Direito Previdenciário. Formação em Gestão de Lideranças pelo IPOG; Formação em desenvolvimento em Inteligência emocional e Master pelo Instituto Performance. Advogada atuante especialmente em Direito de Família e Sucessões e Direito Previdenciário.



Dra. Luciana Lara Sena Lima
Secretária e Membro Titular do Conselho Deliberativo

Advogada e Professora. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2012). Intercambio Acadêmico realizado na Universidad de Sevilla (2010). Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (2014); especialista em Direito Processual Civil pela Uniderp - Anhanguera LFG (2014) e especialista em Formação em Ensino à Distância pela Universidade Paulista (2018). Mestra em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Autônoma de Lisboa (UAL). Conselheira Seccional da OAB Goiás (2019/2021). Diretora - Adjunta da Escola Superior da Advocacia de Goiás (2017/2018; 2019/2021). Coordenadora da Região Centro-Oeste da ENA - Escola Nacional de Advocacia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2019/2021). Possui experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Direito Ambiental.





Dra. Cristina Aires Cruvinel Isaac
Membro Titular do Conselho Deliberativo

Advogada OAB/GO nº 18.114, com atuação em Direito Civil, Direito Agrário e Direito Imobiliário – Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 1998; Especialista em Direito Tributário pelo IGDT em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2000; Especialista em Arbitragem, Negociação, Mediação e Conciliação pelo Centro Universitário de Goiás- Uni-Anhanguera/ESA-GO em 2011; Graduada em Civil e Processo Civil pela ATAME – 2020; Conselheira Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (2007/2009); Árbitra da 2ª Corte de Conciliação e arbitragem de Goiânia (2013/2015);

Dra. Giovana Guimarães de Miranda
Membro Titular do Conselho Deliberativo

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2008; Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2012; Professora do Idjur - o Direito aplicado na prática; Professora da Pós-graduação em Direito Previdenciário da Fasam, Puc-Go e IGD (Instituto Goiano de Direito); Professora do MBA em Legislação Trabalhista e Previdenciária da BSSP; Coordenadora da Pós-graduação em Direito Previdenciário da Puc-Go (2014/2018); Membro do Conselho Fical da OABPrevGO/TO (03/2014 a 03/2020); Advogada com atuação em Direito Previdenciário – OAB/GO 29.680; Sócia do escritório Faria & Guimarães Advogados Associados (2010-Atual); Tributário Administrativo, Direito Empresarial, Direito Sucessório e Direito Cível. Atuação em todo o território nacional.



Dr. Juberto Ramos Jubé
Membro Titular do Conselho Deliberativo

Advogado OAB/GO nº 14.710. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Goiás. Especializações em Direito Processo Civil pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas e em Direito Administrativo Contemporâneo pela Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná-UCP. Proprietário e R.T. da Jubé Sociedade de Advogados, desde 2004.





Dra. Keila Cristina Eustáquio
Membro Titular do Conselho Deliberativo

Brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/GO sob o nº 20.369. Especialista em Direito Processual Civil. Sócia-proprietária da KEILA EUSTÁQUIO ADVOGADOS ASSOCIADOS. Certificada com ênfase em Administração e em Investimentos pelo Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social. É Pós graduada em Direito Público, Direito Bancário, Processual Civil e em Advocacia Imobiliária, Urbanística, Registral e Notarial. É membro da Diretoria da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/ABRAPP. Membro do Conselho Deliberativo OABPrevGO/TO - 2008/2014; Diretora de Benefícios - OABPrevGO/TO - 2014/2017; Diretora Administrativa Financeira - OABPrevGO/TO - 2017/2018; Diretora Presidente - OABPrevGO/TO 2018/2020.

Dr. Tobias Nascindo Amaral Gonçalves
Membro Titular do Conselho Deliberativo

Advogado, inscrito na OAB/GO sob o nº 26.038. Graduado pela Universidade Salgado de Oliveira 2005/2; Pós graduando em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudo Tributário - IBET; Pós graduando em Direito Processual Civil e Direito Civil pela ATAME; Diretor adjunto da Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB/GO, no triênio 2013/2015; Secretário Geral da Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da OAB/GO, triênio 2010/2012; Presidente da Comissão Eleitoral da OAB-Prev/GO em 2014 e 2018; Secretário da Comissão Eleitoral da OABPrevGO/TO em 2013; Proprietário do escritório Tobias Amaral Sociedade Individual de Advocacia; Áreas de atuação: Direito Tributário.



Dr. Elton Gomes de Oliveira
Membro Suplente do Conselho Deliberativo

Advogado graduado pela Universidade Católica de Goiás em 2005. OAB/GO 36.191. Membro do Conselho Fiscal da OABPrevGO/TO no período de 2014 a 2017. Vice-presidente do Conselho Fiscal da OABPrevGO/TO - 2017 à 2020 e Membro do Conselho Deliberativo da OABPrevGO/TO no período de 2020 à 2023.



Dr. Carlos Antônio do Nascimento
Membro Suplente do Conselho Deliberativo

Advogado inscrito sob a OAB/TO 15.55.



Dra. Janay Garcia
Membro Suplente do Conselho Deliberativo

Vice Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins. É advogada, graduada em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (2006), com especializações em Ciências Políticas (UFT), Direito Previdenciário (INESP) e mestre em Políticas Públicas (UNICEUB).





Dra Flávia Mendanha Crisóstomo
Presidente do Conselho Fiscal

Brasileira, casada, advogada, mãe de três filhos, conselheira seccional da OAB/GO, formada em Direito pela Unievangélica no ano de 2020, em Ciências Sociais em 2002, pós-graduada pela UEG em Docência Universitária, MBA em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, pós-graduanda em Direito Previdenciário, ex-procuradora efetiva do Município de Jaraguá-GO, atua na advocacia eleitoral desde o ano 2008, juíza arbitral na 2ª CCA de Goiânia, atuei como professora universitária em alguns períodos. Atualmente estou como procuradora geral do Município de Jaraguá-GO.

Dra Viviany Souza Fernandes
Vice-presidente do Conselho Fiscal

Advogada, Consultora e empresária com foco em Direito Público. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2007). É especialista em Direito Público (Instituto Luiz Flávio Gomes – LFG / 2010) e em Direito Previdenciário (Escola Superior Verbo Jurídico / 2016), possuindo vasta experiência profissional nesse ramo jurídico, com ênfase em direito administrativo e previdenciário, atuando há mais de dez anos nestas áreas. Desenvolve seus trabalhos como assessora técnica e jurídica junto as prefeituras municipais e regimes próprios de previdência social no estado de Goiás.



Dr. Luís Alberto Ferreira
Membro Titular do Conselho Fiscal

Advogado OAB/GO nº 20.750



Dr. Adriano Naves Teixeira
Membro Suplente do Conselho Fiscal

Advogado imobiliário e condôminialista. Vice-Presidente da Comissão de Direito Condôminial OAB/GO; Árbitro da 2ª CCA; Membro consultor da Comissão de Direito Condôminial da OAB Nacional.

Dr. Cristiano Pereira da Silva
Secretário e Membro Suplente do Conselho Fiscal

Graduado em Direito 2014/2 FACULDADE DE ANICUNS; Pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho FACULDADE DE ANICUNS; Pós-graduado em Advocacia Cível FUMEC/OABMG Coordenador da ESA/GO subseção Anicuns 2019/2021 Sócio proprietário do Escritório CRISTIANO PEREIRA DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA;



Dr. Newton Emerson Belluco
Membro Suplente do Conselho Fiscal

Graduado em Direito pela Universidade Paulista em 2005. OAB/GO 30.662. Pós-graduado em Direito Tributário e Gerenciamento de Projetos pela FGV. Especialização Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes. Membro do Conselho Deliberativo da OABPrevGO/TO nos triênios 2014/2017 e 2017/2020.



Dra Márcia Queiroz Nascimento
Diretora Presidente

Advogada OAB/GO n° 16.864. Graduada em Direito pela Universidade Católica de Goiás em 1997. Proprietária do escritório Queiroz Advocacia e Assessoria. Vice-presidente do Conselho Fiscal - OABPrevGO/TO - 04/2008 a /2011; Diretora de Benefícios - OABPrevGO/TO - 04/2011 a 03/2014; Diretora Administrativa Financeira - OABPrevGO/TO - 04/2014 a 03/2017; Presidente do Conselho Deliberativo - OABPrevGO/TO - 04/2017 a 31/03/2020; Diretora Presidente - OABPrevGO/TO - 04/2020 a 03/2023. Atual Coordenadora do Comitê Previdência Associativa da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp)

Dr Antônio Carlos da Silva Magalhães
Diretor Administrativo Financeiro

Advogado OAB/GO n° 11.827 - Graduado em Direito em 1991 pela Faculdade de Direito de Anápolis. Diretor Presidente OABPrevGO/TO por duas gestões - 03/2008 a 02/2013; Membro do Conselho Deliberativo - OABPrevGO/TO - 04/2017 a 03/2020.



Dra Tabajara Francisco Póvoa Neto
Diretor de Benefícios

Advogado OAB/GO n° 29.228. Graduado pela Fundação Educacional de Anicuns em Direito. Especialista em Direito Empresarial. Sócio fundador do Escritório Tabajara Póvoa Advogados Associados. Membro do Conselho Deliberativo da OABPrevGO/TO gestão 2017/2019.



MISSÃO, VISÃO E VALORES



INSTITUIDORES



Casag



CAA

PARCERIA ESTRATÉGICA



CANAIS DE ATENDIMENTO

Endereço: Av. Olinda, Quadra 4 Lote 2 - Torre I - 14º andar - Salas 1406 a 1412, Park Lozandes | CEP 74.884-120 | Goiânia (GO)

E-mail: oabprevgo@oabprevgo.org.br

Telefones: (62) 3088-5200 / Whatsapp: (62) 99295-6125

Área Restrita Participante: <https://restrito.oabprevgo.net.br/Identity/Account/Login?ReturnUrl=%2F>

Em cumprimento a Instrução nº 13/2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o Relatório Anual de Informações do OABPrev GO/TO será disponibilizado exclusivamente no site da instituição (www.oabprevgo.org.br).